



Tribunal de Contas da União
Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade

RELATÓRIO ANUAL

2017



Apresentação	1
1 - Sobre a Caces	3
2 - Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade	5
3 - Planejamento e Gestão	8
4 - Comunicação	10
5 - Capacitação	13
6 - Parcerias	16
7 - Controle Externo	33
8 - Pessoal	35
9 - Congresso Nacional	40
10 - Eventos	42
11 - Mudança de cultura	46

Apresentação

É com satisfação que apresento o Relatório de Atividades da Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União (Caces), relativo ao exercício de 2017, em atendimento ao disposto no art. 2º, inciso VII, da Portaria-TCU nº 167, de 6 de maio de 2015 e art. 11, inciso VIII da Portaria-Segepres nº 2, de 3 de fevereiro de 2017.

Depois de sua instalação, a Comissão continua em evolução tanto em seus processos de trabalho, quanto no exercício de suas atribuições.

Durante o ano de 2017, a capacitação do corpo funcional da Casa continuou sendo uma de nossas prioridades, como forma de disseminação de cultura e sensibilização para tema tão importante.

As parcerias com outras organizações foi mais uma das vertentes desenvolvidas pela Caces. O acordo de cooperação técnica firmado com o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal (SFT), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) pode ser considerado um marco entre essas organizações.

Com a realização do Seminário internacional “Acessibilidade e Inclusão: Expressão da Cidadania” foi possível viabilizar espaço de discussão acerca das diversas barreiras que comprometem o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, bem como demonstrar para as organizações e para a sociedade em geral a preocupação e interesse da Casa em relação às ações inclusivas relativas às pessoas com deficiência.

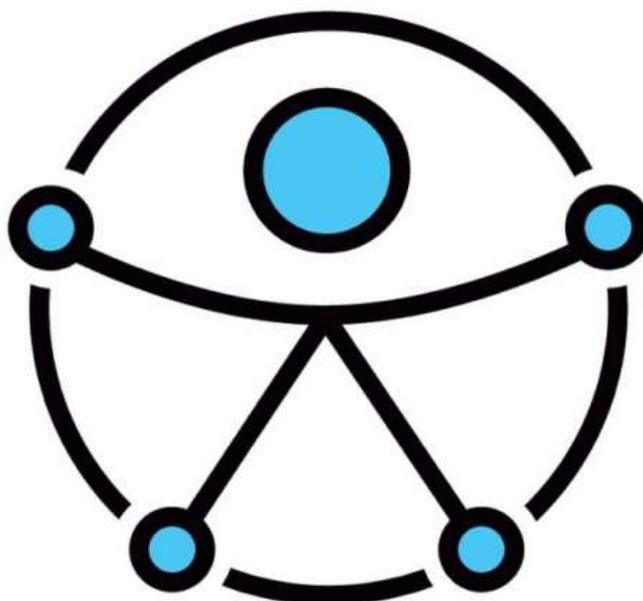
Com relação às parcerias internas, a Comissão atuou em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep), o Instituto Serzedello Corrêa, a Assessoria de Cerimonial (Aceri), a Secretaria de Comunicação (Secom), a Secretaria de Relações Internacionais (Serint), Secretaria de Planejamento,

Governança e Gestão (Seplan), a Assessoria Parlamentar (Aspar), e com as secretarias responsáveis pela área de tecnologia da informação.

No âmbito, do controle externo, atividade finalística da Casa, não houve lacuna de atuação. A fim de auxiliar a área na sua missão institucional, a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Informações para o Controle Externo (SGI), lançaram, em junho próximo passado, o Painel “Inclusão da Pessoa com Deficiência”.

Destaque-se, por oportuno, a efetiva e imprescindível participação do supervisor da Política de Acessibilidade do Tribunal, Procurador Sérgio Caribé, e o contínuo apoio da Secretaria-Geral da Presidência, sem os quais não seriam possíveis os resultados alcançados.

Novo exercício se inicia e os desafios vencidos, bem como os resultados alcançados nos inspiram a aprimorar nossos processos, estreitar relações e continuar trabalhando para a construção de uma cultura inclusiva e cidadã que dê nascimento a uma sociedade na qual nenhum segmento se encontre excluído ou desapropriado de seus direitos.



1 - Sobre a Caces

A criação da Comissão de Acessibilidade (Caces) está adequadamente inserida na estratégia do Tribunal, disposta em seu Plano Estratégico 2015-2021, uma vez que se vincula aos seguintes objetivos:

- Promover integração e sinergia no Tribunal. Assegurar suporte de bens e serviços adequado às necessidades do TCU.
- Intensificar o intercâmbio nacional e internacional para compartilhamento de melhores práticas para o controle.
- Intensificar parcerias com outros órgãos de controle.
- Aperfeiçoar a comunicação do TCU com as partes interessadas.
- Realizar diagnósticos sistêmicos em áreas relevantes.

Com relação à sua natureza, a Caces é órgão colegiado de caráter permanente, com a finalidade de formular e acompanhar a Política de Acessibilidade do TCU, bem como orientar e acompanhar as ações das unidades da Secretaria do Tribunal com vistas à implementação da política nas áreas administrativa e de controle externo.

Foi criada por meio da Resolução nº 266, de 30 de dezembro de 2014:

“Art. 3º A Secretaria do Tribunal conta com a seguinte estrutura:

(...)

V - órgãos colegiados da Secretaria do Tribunal:

(...)

c) Comissão de Acessibilidade do TCU (Caces);

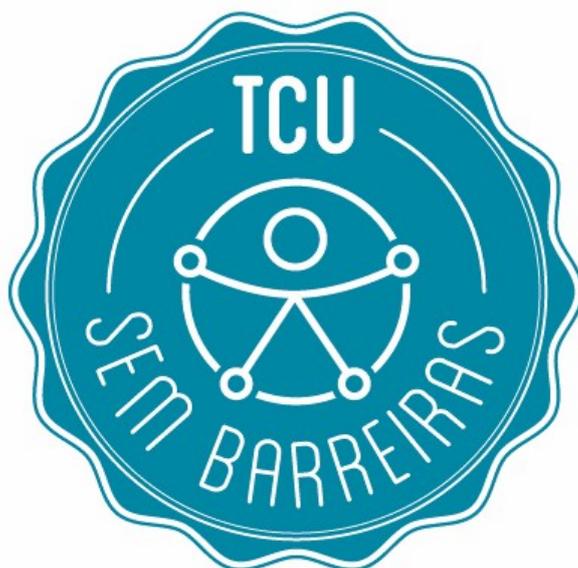
(...)”

Sua composição foi estruturada de forma a garantir a eficácia de suas ações, uma vez que seus membros representam cada uma das unidades básicas da Casa, bem como o gabinete da Presidência e a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Ainda, suas reuniões são acompanhadas por servidor indicado pela Corregedoria.

Preliminarmente, foi organizada por meio da Portaria-TCU nº 216, de 18 de agosto de 2014. Em 2015, considerando a necessidade de ajustes em alguns pontos do normativo de forma a aperfeiçoá-lo, foi editada a Portaria-TCU nº 167, de 6 de maio de 2015, estatuto este que atualmente rege a Comissão.

Oportunamente, a Resolução nº 283, de 21 de setembro de 2016 (que institui a Política de Acessibilidade do TCU), ao alterar o art. 89 da Resolução nº 266/2014, trouxe significativas melhorias para a atuação da Caces: situou-a no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência (Segepres) e fez constar entre seus membros efetivos servidor indicado pelo ministro corregedor.

O estabelecimento da Caces no âmbito da Segepres trouxe diversos benefícios para sua atuação: facilita a comunicação, aprimora processos de trabalho, exige o planejamento das atividades e possibilita o seu acompanhamento, inclusive com a construção de indicadores.



2 - Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade

Após dois anos desde a instalação da Comissão de Acessibilidade do TCU, verificou-se que, nos moldes de outras comissões existentes do Tribunal, fazia-se necessária uma estrutura que funcionasse como apoio às atividades e atribuições da Caces.

Dessa forma, para apoiá-la, foi criada, por meio da Portaria-Segepres nº 2, de 3 de fevereiro de 2017, a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade do TCU, a qual tem por finalidade auxiliar as iniciativas referentes à proposição, coordenação e acompanhamento das ações da política de acessibilidade do Tribunal nas áreas administrativa, de apoio estratégico e de controle externo.

Compete, ainda, à Coordenadoria:

- exercer a secretaria-executiva da Caces e desempenhar as atividades que lhe forem atribuídas pela referida Comissão;
- subsidiar as ações da Caces no que se refere à proposição, orientação e acompanhamento da atuação das unidades da Secretaria do TCU voltadas à remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços do Tribunal por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- promover, em conjunto com as unidades competentes da Secretaria do TCU e por deliberação da Caces, a realização de ações de conscientização e capacitação de servidores, terceirizados e estagiários, com o fim de garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- propor comunicação à unidade competente da Secretaria do TCU com a finalidade de notificar situações de descumprimento de normas referentes à promoção da acessibilidade, por parte do TCU

e de entidades e órgãos públicos de sua clientela, que sejam levadas ao conhecimento da Caces, para as providências cabíveis;

- sugerir a edição ou alteração de normas e orientações que disponham, parcial ou integralmente, sobre matéria da área de atuação da Caces;
- preparar documentos e solicitações de informações destinadas às unidades da Secretaria do TCU e às entidades e aos órgãos públicos ou privados, para subsidiar a atuação da Comissão;
- propor à Caces a celebração de acordos de cooperação ou instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública e, ainda, com entidades civis, nos termos da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, para promoção de ações em matéria de acessibilidade;
- elaborar relatório anual de atuação da Caces, do qual também constarão informações acerca das manifestações endereçadas à Ouvidoria do TCU, dos processos em trâmite e das deliberações que versem, parcial ou integralmente, sobre a promoção da acessibilidade;
- elaborar pareceres sobre temas pertinentes à atuação da Comissão, por demanda de Ministro, Ministro-Substituto, Membro do Ministério Público junto ao TCU ou por unidades da Secretaria do TCU;
- elaborar manifestação acerca da revisão da Política de Acessibilidade do TCU, no máximo a cada cinco anos, de modo a atualizar a política frente a novos requisitos institucionais e de legislação; e
- desenvolver outras atividades relacionadas aos seus objetivos.

Após esse período de funcionamento da nova estrutura, percebe-se o ganho de agilidade e flexibilidade nos processos de trabalho atinentes à acessibilidade, bem como o incremento dos resultados alcançados pela área.



3 - Planejamento e Gestão

3.1. Inserção de ações no plano diretor da Segepres e no Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O planejamento institucional consiste em uma das mais importantes ferramentas à disposição do gestor. Com o aprimoramento de processos de trabalho e atividades da Comissão e com a criação da Coordenadoria no âmbito de Secretaria-Geral da Presidência (Segepres), observou-se a necessidade do uso desse instrumento de gestão.

Assim, a partir de 2017 as ações mais relevantes foram planejadas pela Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade em conjunto com a Caces e inseridas no Plano Diretor da Secretaria-Geral da Presidência (Segepres).

Tal atividade proporcionou a coexistência das ações da área com as ações provenientes das demais unidades da Segepres e de outras secretarias do TCU, de modo a formar um conjunto estruturado e contribuir para o alcance dos resultados programados pela Secretaria-Geral.

As ações planejadas para o período 2017-2018 foram:

- Construir painel de informação relativo ao tema inclusão da pessoa com deficiência.
- Propor a celebração de acordo com órgãos da administração pública para estabelecer cooperação técnica.
- Promover evento.
- Elaborar com a Comissão de Acessibilidade e apoio da Seplan o processo de trabalho de acompanhamento dos servidores com deficiência.
- Participar, como facilitador, em curso ou evento direcionado ao nível gerencial do TCU.

- Elaborar e propor à CCG campanha de conscientização acerca de deficiências.
- Conceber capacitação para a produção de conteúdo de acordo com as normas de acessibilidade.

Das sete ações elencadas, cinco estão concluídas e as duas restantes serão concluídas até o final do presente período avaliativo.

Ainda, o Acórdão nº 505/2016-TCU-Plenário determinou ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) e à Comissão de Acessibilidade (Caces) a identificação das ações necessárias ao atendimento do art. 63 da Lei nº 13.146/2015, do art. 26 do Decreto nº 5.626/2005 e do art. 47 do Decreto nº 5.296/2004, no âmbito do Tribunal de Contas da União. Em decorrência desse acórdão, foram inseridas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) as seguintes ações:

- Adaptar o Portal para atender requisitos de acessibilidade.
- Acessibilidade digital para pessoas com deficiência nas dependências físicas do TCU (edifício sede, ISC, secretarias estaduais).
- Acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva - tradução e interpretação para Libras dos vídeos institucionais publicados no Portal.

Dessas, a primeira foi priorizada e cumpridas. As demais, serão transferidas como demandas para o PDTI do exercício de 2018.

4 - Comunicação

4.1. Vídeo institucional

Há algum tempo verificou-se a necessidade de vídeo acerca de inclusão e acessibilidade que pudesse ser utilizado institucionalmente e que tornasse visível a diversos públicos a importância com que o Tribunal trata o tema.

A oportunidade para a elaboração desse produto deu-se durante as atividades para a realização do Seminário internacional “Acessibilidade e Inclusão: Expressão da Cidadania”.



Figura 1 - Vídeo institucional

Dessa forma, durante a solenidade de abertura desse evento, o Tribunal apresentou vídeo – produzido com o apoio da Secretaria de Comunicação (Secom) – que emocionou todos os presentes. A produção conta um pouco acerca do dia a dia de servidores do TCU com deficiência, bem como acerca de ações institucionais

adotadas desde a criação e a instalação da Comissão de Acessibilidade (Caces), instituída para promover a inclusão das pessoas com deficiência. Assistir ao vídeo e ver servidores protagonistas e – sobretudo, protagonistas de suas próprias vidas – leva ao entendimento da importância e urgência que tem a remoção de barreiras físicas, de comunicação e atitudinais.

4.2. Coluna “TCU sem Barreiras”

As pessoas com deficiência enfrentam diariamente diversas barreiras que dificultam sua inclusão plena na sociedade. A falta de informação e de conhecimento a respeito da necessidade de inclusão social desse grupo historicamente marginalizado constitui algumas das principais causas desses problemas. Para que as pessoas com deficiência consigam exercer sua cidadania e usufruir de qualquer serviço, sejam eles públicos ou privados, é necessário que sua inclusão faça parte do dia a dia de todos os cidadãos.

Nesse aspecto, um dos principais objetivos previstos na Política de Acessibilidade do TCU é o de promover ações de sensibilização do corpo funcional, difundindo a cultura de inclusão no Tribunal e contribuindo para eliminar o preconceito, a discriminação e outras barreiras atitudinais.

Diante da prerrogativa a Coordenadoria de Inclusão e acessibilidade também há dois anos a coluna “TCU Sem Barreiras”, publicada no União às segundas-feiras.

A coluna, com identidade visual própria, abordou diversos temas, todos com o intuito de prover os servidores de informações acerca do tema da inclusão.

4.3. Curso de formação

A Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade, por meio de sua coordenadora, participou como facilitadora do Programa de Formação para Auditores, referente ao Concurso Público AUFC/2015 – Orientação: Auditoria Governamental, com o objetivo de fornecer uma visão geral sobre a políticas de acessibilidade no Tribunal de Contas da União.

O objetivo dessa ação é conferir aos novos servidores a possibilidade de conhecer a Comissão, suas atribuições e atividades, bem como a relevância do tema.

4.4. Atividade junto à Secex Educação

Em dezembro de 2017, a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade participou de atividade desenvolvida pela Secretaria de Controle Externo da Educação (Secex Educação), o Educ. Day.

Após convite do Secretário da unidade, foi apresentada aos seus servidores as atribuições, as atividades e as realizações da Comissão e da Coordenadoria. Além disso, ao longo da apresentação, as diversas vertentes de atuação da Caces proporcionaram significativo diálogo com os integrantes da Secex Educação.

5 - Capacitação

5.1. Curso de Libras intermediário

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), por possuir riquezas linguísticas da mesma forma que as línguas orais, oferece as mesmas possibilidades de constituição de significados cumprindo, assim, um papel fundamental na educação de pessoas com deficiência auditiva, bem como na comunicação entre elas e as ouvintes.

Como qualquer outra, apresenta estrutura gramatical própria, com aspectos semânticos, sintáticos, morfológicos. O que a diferencia das demais línguas usadas hoje é que, em vez do som, utiliza os gestos como meio de comunicação. Nela, os sinais são marcados por movimentos específicos realizados com as mãos e combinados com expressões faciais e corporais.

Em 2002, ao ser reconhecida oficialmente como uma das línguas oficiais do país, determinou-se que o poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos garantissem, de forma institucionalizada, o apoio ao uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Ciente dessa responsabilidade e da importância desse aprendizado para a real e efetiva inclusão social da pessoa com deficiência auditiva, o Tribunal de Contas na União, mais uma vez, promoveu a capacitação de seus servidores na Língua Brasileira de Sinais.

No Instituto Serzedello Corrêa, no período de 14/03 a 23/05/2017, quinze servidores participaram de **curso intermediário**, cujo objetivo foi capacitar para a comunicação em Libras com fluência e desenvolvimento, por meio de prática, compreensão, produção e interpretação de relatos.

O curso foi ministrado pelo instrutor Falk Moreira, servidor público federal com larga experiência e habilitação no ensino de Libras na modalidade

presencial. Somado à experiência e formação sólida, o instrutor é surdo e comunica-se essencialmente em Libras.

O treinamento abrangeu desenvolvimento de fluência da língua nos conteúdos aprendidos nos níveis anteriores; a prática em sala de aula; a compreensão de relatos; a produção de relatos; a interpretação em Língua de Sinais de relatos em português; a datilologia e soletração; a variação linguística de Língua de Sinais (regional, social e por mudanças históricas); a iconicidade e a arbitrariedade.



Figura 2 - Grupo de servidores que participou do curso e instrutor Falk Moreira

5.2. Curso de Libras (Língua Brasileira de Sinais), nível básico, na modalidade a distância

A Comissão de Acessibilidade do TCU (Caces) e o Instituto Serzedello Corrêa (ISC) ofereceram, ainda, o curso de Libras (Língua Brasileira de Sinais), nível básico, na modalidade a distância. A oferta decorreu, entre outras, de exigência normativa do decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei no 10.436/2002, e do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

O curso, que possuiu carga de 80 horas-aula, ocorreu na modalidade a distância no período de 6 de março a 6 de maio de 2017.

Foram abertas quarenta vagas; destas, 37 foram ocupadas e 31 pessoas concluíram a capacitação. Doze secretarias de controle externo nos estados tiveram servidores cursando; além de servidores lotados na sede e em gabinetes de autoridades.

O objetivo central desse curso foi o de tornar os servidores capazes de se comunicarem em Libras, em nível básico, em um contexto de atendimento ao público, de modo a serem capazes de compreender e orientar minimamente pessoas surdas, sejam externas ao Tribunal de Contas da União (TCU) ou pertencentes ao quadro de pessoal. Além disso, a iniciativa buscou também aproximar a comunidade surda por meio da valorização da diversidade e inclusão das pessoas com deficiência.

6 - Parcerias

6.1. Seminário internacional “Acessibilidade e Inclusão: Expressão da Cidadania”



O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, em parceria com outras instituições, o seminário internacional “Acessibilidade e Inclusão: Expressão da Cidadania”. O encontro ocorreu nos dias 20 e 21 de setembro de 2017, na Escola de Governo do TCU, o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília (DF).



Figura 3 - Mesa de abertura do Seminário

Foram parceiros do TCU na realização do evento o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), a Caixa de Assistência dos Profissionais

dos Creas (Mútua), a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Instituto Ser Educacional e a Escola de Gente.

Inscreveram-se do evento 536, das quais 357 participaram efetivamente. Desse quantitativo, 59 dos participantes apresentavam algum tipo de deficiência.

A conferência de abertura foi ministrada pelo procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé, do Ministério Público de Contas junto ao TCU, que é o supervisor da Política de Acessibilidade do Tribunal. Foi ele quem propôs à Comissão de Acessibilidade (Caces) do TCU que avaliasse a oportunidade de realizar seminário aberto ao público que tratasse do tema da acessibilidade e inclusão social da pessoa com deficiência.

Ainda, houve ato de apoio à candidatura do Brasil para compor o Comitê de Monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), com as presenças da



Figura 4 - Senadora Mara Gabrilli e Embaixadora Gisela Padovan

Embaixadora Gisela Padovan, representando o Ministro das Relações Exteriores, Aloísio Nunes e da deputada federal Mara Gabrilli.

Constou também da programação a formalização de **ato conjunto** dos Tribunais de Contas e dos respectivos Ministérios Públicos de Contas em relação à fiscalização da emissão de alvará e habite-se. Houve, ainda, o **lançamento do selo de acessibilidade do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia** (Confea). Tais atos contaram com a presença do conselheiro Valdecir Fernandes Pascoal, do Tribunal de Contas de Pernambuco e presidente

da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon); do procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público de Contas junto ao TCU e presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), e do engenheiro Jary Ferreira de Castro – gerente da Regional Oeste do Confea, respectivamente.



Figura 5 - Procurador de contas Sérgio Caribé e engenheiro Jary Ferreira

Cumprе ressaltar que na ocasião do lançamento do selo de acessibilidade, o Confea concedeu o primeiro Selo Engenharia Acessível ao edifício do Instituto Serzedello Corrêa, onde acontece o Seminário.

Quem recebeu o selo representando o TCU foi o supervisor da Política de Acessibilidade do Tribunal e procurador do Ministério Público de Contas, Sérgio Caribé.

No âmbito do evento foram oferecidos ao público espaço integrado de exposição utilizado para a apresentação de produtos e serviços das instituições

parceiras, o “Espaço de vivência e de dinâmica de sensibilização”, bem como o espaço “D+eficiência para a Indústria” e espaço “Bike sem Barreiras”, promovido pelo Instituto Ser Educacional e Universidade Maurício de Nassau Nesses locais, foram instalados para demonstração equipamentos que permitem às pessoas com deficiência um banho de mar seguro; bicicletas adaptadas; oficinas de panificação, de braile, de libras, de audiodescrição, de teatro e tecnologia assistiva, que permaneceram abertas ao público durante todo o evento.



Figura 6 - Espaço para exposição



Figura 7 - Bike sem Barreiras - Instituto Ser Educacional



Figura 8 - Espaço do Senai

Merece destaque, no âmbito dessa ação, o desfile de moda inclusiva que fez parte da programação levada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Na passarela, foi mostrado o respeito às diferenças e a importância da acessibilidade. Reunindo dezessete modelos com deficiência, foram apresentadas dezoito peças adaptadas para dar mais conforto e praticidade para quem tem deficiência. As roupas foram desenhadas por estudantes de moda do Senai de Santa Catarina e selecionadas por meio de um concurso. Os modelos foram escolhidos em Brasília.



Figura 9 - Modelos que participaram do desfile de moda inclusiva

A ideia foi demonstrar que esse grupo de pessoas podem consumir, produzir e também desfilarem a diversidade.



Figura 11 - Desfile de moda inclusiva



Figura 10 - Desfile de moda inclusiva



Figura 12 - Desfile de moda inclusiva

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), além do desfile de moda inclusiva, participou do evento com sua oficina móvel e panificação e oficina de costura.



Figura 13 - Unidade móvel de panificação - Senai



Figura 14 - Unidade móvel de panificação - Senai

De modo abrangente, o objetivo do seminário foi viabilizar espaço de discussão acerca das diversas barreiras que comprometem o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência. Os debates também pretenderam potencializar a promoção da igualdade de oportunidades em relação às demais pessoas, com vistas à efetiva inclusão social.

Durante o encontro, por meio de palestras e painéis, foram abordados temas relacionados às políticas públicas para as pessoas com deficiência; ao desenho universal para cidades inclusivas, bem como as tendências globais e os desafios para a implementação de políticas públicas inovadoras. O seminário discutiu, ainda, a participação social e os desafios da inclusão escolar da pessoa com deficiência e sua inclusão produtiva no mercado de trabalho.

A participação de palestrantes internacionais foi bastante ressaltada. O painel que tratou do desenho universal para cidades inclusivas contou com a presença do **Doutor Victor Pineda**, Presidente do The Global Alliance on Accessible Technologies na Environments (GAATES), Diretor Executivo da World Enabled e da Fundação Pineda, e professor adjunto da Universidade da Califórnia em Berkeley. No painel que tratou das tendências globais e desafios de implementação de políticas públicas inovadoras houve a participação do Vice-Presidente Executivo da G3ict – The Global Initiative for Inclusive Information and Communication Technologies (USA), **James Thurston**. O painel que discutiu a inclusão produtiva da pessoa com deficiência foi enriquecido com as presenças do Diretor do Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, **Bernd dos Santos Mayer** e do Membro do Conselho de Comércio e Investimento da Embaixada da Suécia (Business Sweden), **Bjorn Clavey**.

O evento teve, ademais, a presença de importantes palestrantes e painelistas brasileiros. Dentre eles, merece destaque a presença da Doutora **Izabel Maria Loureiro Maior**, professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que proferiu palestra acerca das

conquistas do movimento político das pessoas com deficiência. No painel que discutiu políticas públicas para pessoas com deficiência houve a participação da Deputada Federal e Membro da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, **Rosinha da Adefal**.

A sociedade civil organizada foi representada pelas (os): Presidente da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (**FENAPAES**), Aracy Maria da Silva; Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, Ana Cláudia Mendes de Figueiredo; Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (**FENEIS**), Francisco Eduardo Coelho da Rocha; Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil (**ONCB**), Antônio Muniz da Silva; Presidente da Associação Brasileira de Autismo (**ABRA**), Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; e Presidente da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – (**FENAPESTALOZZI**), Ester Alves Pacheco.

O estande do Confea recebeu o comentarista de futebol Jackson Follman, ex-goleiro da Chapecoense, que conversou com os participantes do evento durante um dos intervalos entre painéis.

De forma complementar, paralelamente, ocorreram diversas oficinas:

- Libras;
- Braille;
- Audiodescrição;
- Teatro;
- Acesso à justiça;
- Tecnologia assistiva;
- Instituições e seus estatutos.



Figura 15 - Oficina "Instituições e seus estatutos"



Figura 16 - Oficina de Libras



Figura 17 - Oficina "Acesso à justiça"



Figura 18 - Oficina de audiodescrição

Durante o evento, o presidente do Tribunal destacou que “faz parte do processo democrático assegurar os direitos das pessoas com deficiência na construção de uma coletividade que valorize a diversidade humana, entendendo que nela reside nossa principal riqueza”, salientou Carreiro.

Também como parte da programação do seminário internacional “Acessibilidade e Inclusão: Expressão da Cidadania”, a companhia teatral “Os Inclusos e os Sisos” da organização não governamental “Escola de Gente” apresentou a peça “Ninguém mais vai ser bonzinho”, espetáculo que enfoca questões sutis de discriminação.



Figura 19 - Procurador Sérgio Caribé, Diretora da Escola de Gente, Cláudia Werneck e demais autoridades



Figura 20 - companhia teatral "Os Inclusos e os Sisos, na apresentação da peça "Ninguém mais vai ser bonzinho"



Figura 21 - companhia teatral "Os Inclusos e os Sisos, na apresentação da peça "Ninguém mais vai ser bonzinho"

Por fim, cumpre ressaltar que o evento foi realizado com atenção a todos os requisitos de acessibilidade. As instalações do Instituto Serzedello Corrêa possuem banheiros adaptados e vagas exclusivas no estacionamento; seu auditório e demais dependências cumprem os requisitos de acessibilidade normativamente exigidos; todos os painéis, palestras, oficinas e teatro contaram com intérpretes e tradutores de Libras e audiodescrição. No atendimento ao público, recepcionistas e atendentes versadas em Libras estavam à disposição; os vídeos apresentados, além de audiodescrição, apresentaram janela de Libras.

Seminário Internacional Acessibilidade e Inclusão: expressão da cidadania



20 e 21 de Setembro de 2017
Instituto Serzedello Corrêa

Quarta-Feira — 20 de Setembro		
Horário	Atividade	Quem
8h00 às 9h00	Credenciamento - café da manhã	
9h00 às 10h00	Mesa de honra	Autoridades convidadas
10h00 às 10h10	Vídeo	Institucional do TCU
10h10 às 10h50	Conferência de abertura	Sérgio Ricardo Costa Caribé , Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU e Supervisor da Política de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União (TCU)
10h50 às 11h15	Ato de apoio à candidatura do Brasil para compor o Comitê de Monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU	Apresentação: Senador Aloysio Nunes , Ministro das Relações Exteriores* Exposição: Deputada Federal Mara Gabrilli
11h15 às 11h40	Ato conjunto dos TCs e MPCs em relação à fiscalização da emissão de alvará e habite-se	Júlio Marcelo de Oliveira , Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampon)
	Lançamento do selo de acessibilidade do CONFEA	Jary Ferreira de Castro – Gerente Regional Oeste do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA)
11h40 às 12h00	Abertura: Espaço integrado de exposição Espaço de vivência e de dinâmica de sensibilização Espaço de eficiência para a indústria	Paulo Guimarães , Caixa de Assistência dos Profissionais dos Crea's (Mútua) Sérgio Murilo Jr. , Diretor do Instituto Ser Educativo Rafael Lucchesi , Diretor-Geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)
12h00	Almoço	
14h00 às 16h00	1º painel Tema: Políticas públicas para a pessoa com deficiência.	Moderador: Rainério Rodrigues Lette , Secretário-Geral da Presidência do TCU. Debateadores: - Deputada Federal Rosinha da Adefal , membro da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados. - Marco Antonio Pellegrini , Secretário da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). - Tereza Costa d'Amaral – Superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD). - Mobés Bauer Luiz , Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE).
16h00 às 16h30	Vídeos	Instituições parceiras na promoção do evento
16h00 às 16h30	Intervalo para o café	
16h30 às 18h30	2º painel Tema: Desenho universal para cidades inclusivas.	Moderador: Alessandro José Macedo Machado , Conselheiro do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA). Debateadores: - Victor Pineda , Presidente de GAATES, Diretor Executivo da World Enabled e da Fundação Pineda, professor adjunto da Universidade da Califórnia, Berkeley (Califórnia). - Jary Ferreira de Castro – Gerente Regional Oeste do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA). - Rui Pedro Simões , Gerente de orçamentos da Empresa Construtora Brasil S/A (EBC). - Silvio Eduardo Marques Figueiredo , Diretor do Departamento Nacional de Assuntos Fundiários Urbanos, da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos do Ministério das Cidades.
19h00	Peça teatral: Os Invisíveis e os Silêncios – de Tatá Werneck .	Produção da Escola de Gente

Quinta-Feira — 21 de Setembro		
Horário	Atividade	Quem
8h00 às 10h00	Atividades em homenagem ao Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.	Realização: Senai – Escola de Gente – Instituto Ser Educativo – Mútua
10h00 às 10h30	Palestra: Conquistas do Movimento Político das Pessoas com Deficiência	Dra. Izabel Maria Loureiro Malor , professora de medicina da UFRJ
10h30 às 12h00	3º painel Tema: Tendências globais e desafios de implementação de políticas públicas inovadoras.	Moderador: Márcio Rodrigo Braz , Secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU. Debateadores: - James Thurston , Vice-Presidente Executivo da GIGI – The Global Initiative for Inclusive Information and Communication Technologies (USA). - Sônia da Costa , Diretora do Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). - Américo Bernardes , Diretor do Departamento de Inclusão Digital, do MCTIC.
12h00	Almoço	
14h00 às 16h00	4º painel Tema: Participação social e os desafios da inclusão escolar.	Moderadora: Ivana de Siqueira , Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi/MEC. Debateadores: - Aracy Maria da Silva Léo – Presidente da Federação Nacional das APAES (FENAPAES). - Ana Cláudia Mendes de Figueiredo – Vice-presidente da Federação Brasileira das Associações da Síndrome de Down. - Francisco Eduardo Coelho da Rocha – Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). - Antônio Muniz da Silva – Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCEB). - Maria do Carmo Tourinho Ribeiro – Presidente Associação Brasileira de Autismo (ABRA).
16h00 às 16h30	Desfile de moda inclusiva – Senai	
16h00 às 16h30	Intervalo para café	
16h30 às 18h30	5º painel Tema: Um olhar sobre a inclusão produtiva da pessoa com deficiência.	Moderador: Fernanda Maria Passos de Cavalcanti , Responsável Nacional pelo Projeto de Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho – Secretária de Inspeção do Trabalho/MTB. Debateadores: - Gustavo Leal Sales Filho , Diretor de Operações do Senai. - Marco Túlio Pereira da Silva , Coordenador de Comunicação da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha. - Bernad Santos Mayer , Diretor do Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha. - Andreas Rentner , Adido Comercial e membro do Conselho de Comércio e Investimento da Embaixada da Suécia – Business Sweden.
18h30	Encerramento	



6.2. Acordo de Cooperação Técnica

A iniciativa para a celebração do acordo surgiu da Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade do TCU e do Supervisor da Política de Acessibilidade do TCU, Procurador Sérgio Caribé, em conjunto com servidores dos órgãos signatários. Os servidores da Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade do TCU e das áreas de inclusão e acessibilidade das demais órgãos se reúnem mensalmente para trocar experiências, compartilhar boas práticas e discutir assuntos relacionados à acessibilidade e à inclusão social da pessoa com deficiência.

Dessa forma, em 20 de junho 2017, foi assinado acordo de cooperação na área de acessibilidade e inclusão social da pessoa com deficiência entre o TCU, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal (SFT), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Publicado em 14 de dezembro de 2017, tem o objetivo de promover o intercâmbio de informações, experiências, tecnologias e logísticas entre as organizações signatárias.

Além disso, tem por intuito a ampliação das ações de articulação e a promoção da cooperação técnica no âmbito da acessibilidade e da inclusão social da pessoa com deficiência, por meio de ações integradas, do apoio mútuo e do intercâmbio de experiências, informações e tecnologias. Destaca-se que o acordo prevê a possibilidade de adesão de outros órgãos e entidades da administração pública que se interessarem em fazer parte dessa rede.

A cooperação entre os diversos órgãos da administração pública é de extrema importância para se estreitar o relacionamento e se construir parcerias com as diversas comissões e núcleos que trabalham com a promoção desse direito fundamental. Essas parcerias permitem a realização de projetos e atividades conjuntas, somando-se esforços para fortalecer e expandir a

abrangência e, conseqüentemente, o resultado das ações desenvolvidas em prol da garantia da acessibilidade e da inclusão social das pessoas com deficiência nos órgãos envolvidos e na sociedade em geral.

O instrumento de cooperação encontra-se disponíveis no link <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1575:1>

7 - Controle Externo

7.1. Painel de informações



A fim de auxiliar a área de controle externo do TCU na sua missão institucional, a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Informações para o Controle Externo (SGI), lançaram, em junho do ano passado, o Painel “Inclusão da Pessoa com Deficiência”.

A primeira base a fazer parte do painel foi a base do Cadastro Único. O Cadastro Único (Cadúnico) é um sistema que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, para que possam ter acesso aos programas sociais do Governo Federal. Nessa base estão dados referentes aos tipos de deficiências, a dados demográficos, ao domicílio, à escolaridade e ao trabalho dessas pessoas.

Agora, a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade implementou uma nova base ao painel. Trata-se da base da Rais (Relação Anual de Informações Sociais). A Rais, que é enviada pelas empresas anualmente ao Ministério do Trabalho, tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Essa nova base permitiu à Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade disponibilizar, de forma gráfica, diversos dados sobre os trabalhadores com deficiência, como salário médio, tempo de vínculo empregatício, grau de instrução, tipo de deficiência etc.

Com essas informações consolidadas em um único local, ficará mais fácil fazer análises sobre a eficácia das políticas públicas que objetivem garantir a inclusão e o exercício pleno da cidadania pelas pessoas com deficiência.

O Painel “Inclusão da Pessoa com Deficiência” pode ser acessado pelo público interno do Tribunal. Basta clicar em “Meus serviços” na página principal do Portal do TCU e depois clicar no ícone “Painéis de Informação”.

8 - Pessoal

8.1. Processo de trabalho para acompanhamento do servidor com deficiência

A Caces (Comissão de Acessibilidade do TCU) tem entre suas competências propor, promover e acompanhar a implementação dos objetivos previstos na Política de Acessibilidade do TCU (Resolução TCU 283/2016).

Tais objetivos estão previstos no âmbito Política de Acessibilidade estão, art. 5º, da Resolução nº 283, de 21 de setembro de 2016:

- implementar ações continuadas de inclusão social das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de forma a lhes permitir o pleno exercício da cidadania no âmbito do Tribunal;
- permitir que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida tenham acesso aos ambientes, serviços e recursos materiais disponíveis no TCU, eliminando barreiras físicas e arquitetônicas, com base no conceito de Desenho Universal, e priorizando soluções inclusivas e sustentáveis;
- facilitar o acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, eliminando barreiras tecnológicas e de comunicação, promovendo a percepção, da capacidade de operação e compreensão e a robustez daqueles meios;
- avaliar periodicamente o desempenho das ações inclusivas implementadas na Casa, adotando, se necessário, as medidas preventivas e corretivas cabíveis.

A fim de perseguir esses objetivos, a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade do TCU, em conjunto com a Diretoria de Saúde (Dsaud) e com

a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan), desenhou processo de trabalho para acompanhamento dos servidores com deficiência.

A partir das informações coletadas, trabalhadas e validadas pela Coordenadoria e pela Dsaud, foram construídos dois mapas de processos para o acompanhamento dos servidores com deficiência. O primeiro mapeia um caminho em que a organização deverá agir de ofício, identificando a necessidade de adaptação do servidor assim que ele ingressar no TCU. A equipe multidisciplinar deve identificar essa necessidade de adaptação e comunicar ao Instituto Serzedello Corrêa (ISC) e à Secretaria Geral de Administração (Segedam) para que sejam providenciadas as adaptações para o curso de formação e para a alocação no local mais adequado para o servidor. Após a aprovação no curso de formação, as implementações necessárias para a adaptação do servidor deverão ser implementadas no local de alocação. Na sequência, a equipe multidisciplinar do Tribunal deve realizar avaliação de aptidão ao cargo. Caso seja considerado apto, haverá a posse no cargo e um comunicado para que a área psicossocial faça o acompanhamento das adaptações na locação devida. Durante o período de estágio probatório, o servidor será acompanhado em relação à sua deficiência.

O segundo mapa define o fluxo a ser percorrido pelo servidor a partir da demanda em que solicita adaptação, já no decorrer da sua vida profissional. O mapa se inicia com o requerimento do servidor para adaptação. A perícia fará uma avaliação da capacidade laborativa do servidor determinando se é caso de aposentadoria ou se é realmente caso para avaliação quanto as suas necessidades. O parecer é encaminhado para o médico ou engenheiro do trabalho para que identifique os limites da necessidade de adaptação, elaborando uma proposta, que será encaminhada para a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade. Essa proposta será avaliada com base na legislação e caso não precise de ajustes, será feita a comunicação ao Secretário-Geral da área em que o servidor for lotado. Tanto a área psicossocial quanto a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade têm a prerrogativa de acompanhar a implementação da proposta. Relatório final será emitido pela área psicossocial, constando a

proposta do médico e/ou engenheiro do trabalho, juntamente com a sua percepção de todo o processo.

Em ambos os fluxos o objetivo é proporcionar ao servidor as condições necessárias para cumprir a sua função laborativa, sem que sua saúde e bem-estar sejam prejudicadas.

Outra atividade desse projeto foi a realização de grupo focal com servidores com deficiência. Participaram do grupo: Clayton Arruda, Ivo Silva, Ismar Barbosa, Fernando Marinho e Valéria Ribeiro. Representando a Seplan estavam presentes Leonardo Luitgards e Mayalú Tameirão; a Diretoria de Saúde, Patrícia Barros e Paulo Salvador; e a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade, Marcos Medeiros.

O objetivo do grupo focal foi coletar a percepção e eventuais sugestões dos servidores com deficiência sobre o acompanhamento e o apoio institucional.

Diversos assuntos foram abordados e discutidos pelos participantes, como: qual tipo de tratamento o TCU deve dispensar aos servidores com deficiência, a necessidade de acompanhamento psicológico desses servidores, o atendimento de suas necessidades de acessibilidade, e possíveis preconceitos sofridos pela sua condição de pessoa com deficiência.

A iniciativa é importante para que se garanta o máximo atendimento às necessidades desse grupo de servidores.

Por oportuno, destaque-se que mesmo antes do desenho do processo de trabalho, a Comissão, por meio da Coordenadoria já faz o acompanhamento de servidores com deficiência, a exemplo do TC nº029.749/2017-4.

8.2. Pesquisa junto aos servidores

Antes de implementar o processo de trabalho descrito acima, foi necessário conhecer os servidores que possuam algum grau de deficiência e as eventuais barreiras (físicas e atitudinais) que enfrentam no desenvolvimento de seus trabalhos no TCU.

Desse modo, a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade realizou, por meio de um questionário enviado a todos os servidores do TCU, pesquisa que visou conhecer a percepção do corpo funcional sobre a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência no Tribunal, bem como identificar servidores com deficiência para que suas possíveis necessidades possam ser atendidas pela Casa.

As respostas foram armazenadas de modo anônimo. Entretanto, os servidores que assim desejaram, puderam se identificar ao final do questionário. Com isso, a Caces pôde formar uma base de dados com os servidores com deficiência que quiseram se identificar.

O questionário foi composto de diversas perguntas, que foram organizadas em seis áreas:

- situação funcional;
- acessibilidade e inclusão no ambiente de trabalho;
- acessibilidade e inclusão em nível institucional;
- domínio em comunicação assistiva;
- condição do servidor; e
- condição de pessoa com deficiência.

A pesquisa foi realizada no período de 6 a 30/11/2017 e contou com a participação de 303 servidores. Do total de servidores respondentes, 37 se declaram pessoas com deficiência. Além disso, 221 são lotados na sede em Brasília, 79 são lotados nas Secex nos estados e 3 preferiram não informar sua lotação.

Os dados finais da pesquisa serão disponibilizados em uma nova aba do Painel “Inclusão da Pessoa com Deficiência”.

8.3. Equipe multifuncional

A Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade, por meio de sua coordenadora, participou das reuniões da equipe multidisciplinar instituída de acordo com o disposto no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, e na Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, bem como art. 5º, § 2º c/c o art. 14, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Participou também da equipe multidisciplinar para avaliação do servidor com deficiência durante o estágio probatório, nos termos do art. 8º da Portaria TCU 286/2013.

Em ambas as ocasiões, como membro efetivo da comissão a preocupação da coordenadoria foi a verificação do atendimento às necessidades do futuro ou efetivo servidor, de modo que tais servidores possam desempenhar suas atribuições em igualdade de oportunidades com os demais servidores em um ambiente de trabalho acessível e inclusivo.

9 - Congresso Nacional

9.1. Participação em audiência pública

A pedido do senador Paulo Paim (PT-RS), a inclusão social e a valorização de pessoas com deficiência estiveram em debate na Comissão de Direitos Humanos no dia 5 de dezembro de 2017. Senadores e convidados de instituições públicas analisaram as dificuldades enfrentadas por quem sofre com restrições de locomoção ou

necessita de atenção ou serviço especial do poder público.

Para representar o Tribunal de Contas da União, foi convidada, por meio de sua coordenadora, a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade.



Figura 22 - participantes da audiência pública

Também participaram da audiência servidores representantes de instituições públicas: a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka; o secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos, Marco Antônio Ferreira Pellegrini; o analista judiciário da Assessoria de Gestão Socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Diogo do Ybit Silveira; a diretora da Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos

Deputados, Adriana Jannuzzi; o chefe de gabinete da Presidência da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Rodrigo Lima; e um representante do programa Sem Barreiras do Supremo Tribunal Federal (STF).

10 - Eventos

10.1. Seminário de Acessibilidade e Mobilidade Urbana

A Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade do TCU, participou do 1º Seminário de Acessibilidade e Mobilidade Urbana na Perspectiva da Pessoa Surda (SAMUPPS), ocorrido no Centro Interdisciplinar de Estudos em Transporte da Universidade de Brasília, em 8 de março de 2017, no auditório da Faculdade de Tecnologia da UnB.

O seminário abordou temas sobre mobilidade urbana, acessibilidade e inclusão social direcionados às pessoas surdas, aos órgãos e entidades que prestam serviços a essas pessoas, a especialistas de trânsito, de mobilidade urbana e à comunidade em geral.

10.2. 3º Encontro (Inter)nacional de Audiodescrição



A Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade do TCU participou do 3º Encontro (Inter)nacional de Audiodescrição que aconteceu de 26 a 29 de abril de 2017, na sede do Porto Mídia, em Recife.

Além de aprofundar a troca de conhecimentos sobre o saber fazer dos profissionais para buscar diminuir os impedimentos que criam barreiras para o exercício da audiodescrição, o evento teve como objetivos:

- apresentar, discutir e analisar questões referentes ao uso da audiodescrição no cinema, na televisão, em espetáculos ao vivo e em exposições;
- ampliar a discussão sobre a regulamentação da profissão; sobre o surgimento das associações de audiodescritores estaduais e a Associação Brasileira de audiodescrição (ABAD);
- compreender e debater as formas de produção, de exibição e de transmissão da audiodescrição nos vários setores da cultura;
- criar uma rede de contato entre os profissionais presentes para intensificar e facilitar a indicação de serviços.
- oportunizar trocas de experiências e saberes entre os profissionais da área da acessibilidade, produtores artísticos e público.



Figura 23 - Cabine de audiodescrição

10.3. Estagiários com deficiência na Administração Pública Federal

A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho por meio de um estágio é de suma importância para dar oportunidade de profissionalização.

Considerando essa diretiva, a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade do TCU participou, no dia 6 de julho de 2017, de reunião a respeito da inclusão de estagiários com deficiência na Administração Pública Federal promovida pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

O encontro teve como objetivo reunir pessoal de gestão de pessoas e representantes de mecanismos de inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos públicos para troca de experiências e elaboração de estratégias para incluir estagiários com deficiência na Administração Pública Federal.

O principal item do debate foi em relação à Lei 11.788/2008, que em seu artigo 17, § 5º, estabelece: “Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.”

Apesar dessa lei estar em vigência desde 2008, alguns órgãos ainda desconhecem a obrigação legal das instituições reservarem 10% das vagas de estágio para pessoa com deficiência.

Além da Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade do TCU, representada pelo auditor de controle externo Marcos Roberto Medeiros, participaram do encontro representantes dos seguintes órgãos: a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que foi a promotora do evento, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), a Universidade de Brasília (UnB), o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Justiça e Segurança Pública,

o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Casa Civil, a Marinha, o Ministério da Defesa, a Advocacia-Geral da União (AGU), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

10.4. Lançamento do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Escola Nacional de Administração Pública

A Coordenadoria de Inclusão de Acessibilidade do TCU participou, no dia 25 de julho de 2017, do lançamento do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), ocorrido no Espaço *Inovatio*. O programa tem como objetivo prospectar conhecimentos e capacitar servidores públicos para gerirem a Administração Pública e as políticas públicas de forma inclusiva e desenvolver ações que viabilizem a plena participação das pessoas com deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida nos ambientes e atividades da Enap.

A solenidade proporcionou a troca de experiências de práticas de gestão inclusivas na Administração Pública Federal, e contou também com as presenças da Coordenadora do Comitê para a Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério de Relações Exteriores; da Assessora Chefe do Programa de Gestão Socioambiental do Supremo Tribunal de Justiça; do Vice-Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB; e da representante da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos.

11 - Mudança de cultura

A partir da instalação da Comissão de Acessibilidade do TCU em 2015 é possível verificar mudança atitudinal da Casa em relação à inclusão social da pessoa com deficiência. Além das ações empreendidas pela Comissão e pela Coordenadoria, as demais unidades do Tribunal contribuíram significativamente para a adequação de suas atividades aos requisitos de acessibilidade, objetivando a remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços do Tribunal por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Para que tais ações sejam conhecidas e compiladas neste relatório, a Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade, por meio do Memorando nº 1, de 2018 e com fulcro no art. 2º, inciso I, da Portaria-TCU nº 167, de 2015, solicitou à Secretaria-Geral da Presidência que encaminhasse solicitação a Secretaria-Geral de Administração (Segedam), Instituto Serzedello Corrêa (ISC), Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais (Aceri), Secretaria de Comunicação (Secom), Secretaria das Sessões (Seses), Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação (STI), Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (Setic) a fim de identificar as ações desenvolvidas para a remoção de barreiras no âmbito do Tribunal.

Assim que, por meio do Memorando nº 6/2018-Segepres, identificou-se que cada uma daquelas unidades executaram as ações a seguir relacionadas.

11.1. Secretaria Geral de Administração (Segedam)

De acordo com as informações prestadas pela Segedam, foram concluídos os serviços de reforma na nova sede da Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso (Secex/MT) e na nova sede da Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI). Em ambas as obras, foram executados os seguintes elementos:

- a) instalação de maçanetas tipo alavanca em todas as portas;
- b) instalação de barra horizontal interna nas portas dos banheiros para pessoas com cadeira de rodas (PCR);
- c) utilização de bacias sanitárias sem abertura frontal nos banheiros PCR;
- d) execução de box acessível em banheiros sociais (dimensões de portas dos boxes, sentido de abertura, instalação de barras de apoio auxiliares, instalação de mictório juntamente com barra de apoio – de acordo com o descrito na norma NBR 9050/2015);
- e) instalação de alarme de emergência em banheiro PCR;
- f) altura de comandos e controles de acordo com a norma NBR 9050/2015;
- g) instalação de programação visual interna com sinalização Direcional/Informativa e de Emergência;
- h) dimensões de circulação interna e portas de acordo com a norma NBR 9050/2015, sem qualquer tipo de obstrução;
- i) balcão de atendimento acessível.

Também foram executados serviços de reforma na sede da Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE), na qual se destaca:

- a) instalação de maçanetas tipo alavanca nas portas de madeira dos depósitos, copas e banheiros;
- b) reforma completa do banheiro para pessoas com deficiência;
- c) reforma completa do auditório para promover a acessibilidade;
- d) remoção dos desníveis na rampa de acesso de pedestre, instalação de guarda-corpo e piso tátil de alerta;

- e) instalação de piso tátil de alerta na área externa e interna;
- f) instalação de guarda-corpo no mezanino e escadas;
- g) instalação de corrimão nas escadas;
- h) instalação de sinalização tátil e visual de alerta;
- i) instalação de faixas fotoluminescentes nos degraus das escadas.

Na sede, foram executados serviços de calçada, ligando os Anexos I e III ao Anexo II. Além disso, há que se destacar a última edificação construída pelo Tribunal, o complexo predial Anexo IV (Instituto Serzedello Corrêa/Escola Superior do TCU/Centro Cultural TCU), que foi o primeiro prédio a receber do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia o Selo de Acessibilidade para Projetos e Obras de Engenharia (<http://www.confrea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=22458&sid=10>).

Destaca, ainda, a Segedam que no que toca a ações relacionadas a aquisições, a experiência-piloto implantada pela Diretoria de Material e Patrimônio, da Secretaria de Licitação, Contratos e Patrimônio (Dipat/Selip), consistente na aquisição de estações de trabalho com altura do tampo regulável, de modo a permitir que cada pessoa possa ajustar seu local de trabalho de acordo com suas necessidades. A ação é desenvolvida em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep). Após a consolidação do projeto de ergonomia e o levantamento de potenciais beneficiários com base em dados epidemiológicos periciais, a fase seguinte será de divulgação para verificar os possíveis beneficiados com a medida, entre os quais estarão, certamente, os servidores com deficiência.

11.2. Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais (Aceri)

A Aceri desenvolveu em 2017, no que respeita à remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços do Tribunal por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, as seguintes ações:

- a) solicitação à Secretaria de Engenharia de adequação das instalações do auditório Pereira Lira (a demanda será atendida em 2018);
- b) apoio logístico no Seminário Internacional Acessibilidade e Inclusão: expressão da cidadania, realizado nos dias 20 e 21 de setembro de 2017, envolvendo a remoção de barreiras no auditório do Instituto Serzedello Corrêa e no acesso à área de alimentação, além do apoio à comunicação (áudio descrição, vídeo descrição e libras);
- c) oferta de tradução em libras em alguns eventos ao longo do exercício. Nem todos os eventos puderam ser contemplados devido a restrições orçamentárias;
- d) sugestão de contratação, pelo TCU, de tradutor de libras em tempo integral (demanda em análise na Segepres/Segedam).

11.3. Instituto Serzedello Corrêa (ISC)

O ISC informou que, após da visita da Coordenadoria de Inclusão e Acessibilidade às suas dependências para verificar a usabilidade dos ambientes de seu complexo arquitetônico ocorrida em 2016 e com base nas considerações feitas pela dita Coordenadoria naquela oportunidade, em 2017 foram adotadas as seguintes providências:

- a) sinalização em braile na maior parte das dependências da Sede do ISC. Ficaram pendentes algumas salas que ainda possuem programação visual provisória, além do anfiteatro e do acesso ao prédio do auditório;
- b) sinalização dos degraus em todas as escadas;

- c) eliminação do desnível dos batentes em copas e banheiros para PNE do centro cultural (no térreo, no espaço cultural e no museu) e do prédio da escola (na junta A do térreo);
- d) adequação da distribuição do mobiliário das copas para livre movimentação de cadeiras de rodas, carrinhos de bebês, usuários de muletas etc.

11.4. Secretaria de Comunicação (Secom)

No que respeita à Secom, foram realizadas as atividades:

- a) produção de vídeos institucionais com tradução simultânea em libras:
 - Revitalização do São Francisco;
 - Ensino Médio;
 - Fronteiras;
 - Solos – Conferência Internacional (em inglês);
 - Fiscalização de Obras;
 - Programa #EuFiscalizo - Saúde Básica;
 - Programa #EuFiscalizo - Desastres;
 - Minha Casa, Minha Vida;
- b) produção de vídeo institucional sobre ações do TCU para o Seminário Internacional “Acessibilidade e Inclusão: expressão da cidadania”;
- c) elaboração de peças (cartazes, programação, pôsteres, banners digitais) para divulgação do Seminário Internacional de Acessibilidade, com design de cores, legendas e descrições em posts nas redes sociais voltados para a acessibilidade; e
- d) publicação de postagens no Facebook com descrição de imagens para deficientes visuais que possuam o aplicativo de leitura.

11.5. Secretaria das Sessões (Seses)

A Seses informou que:

- a) no exercício de 2017, a Secretaria das Sessões foi remanejada para o andar térreo do edifício sede.
- b) foram feitas as adaptações necessárias nas dependências da Secretaria para o acesso das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

11.6. Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (Setic)

No que concerne à Setic, foram realizadas:

- a) implementação do projeto do *outsourcing* de impressão na sede do TCU em Brasília e no Instituto Serzedello Corrêa;
- b) consultas à Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União (Caces), durante a implantação desse projeto, para definir a melhor forma de provimento do serviço às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- c) na Sede, provisão uma impressora para cada pessoa que possua deficiência quanto à mobilidade, tendo em vista que o público do *outsourcing* se restringe aos servidores do TCU.
- d) rebaixamento na estação do *outsourcing* para torna-lo acessível a pessoas com deficiência no âmbito do Instituto Serzedello Côrrea, pois se trata de local que recebe frequentemente público externo, que poderá utilizar o serviço eventualmente.

11.7. Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação (STI)

A STI informou a execução das seguintes ações:

- a) a ação, denominada “Adaptar o Portal para atender requisitos de acessibilidade” e consignada no PDTI 2017/2018, compreendeu as tarefas a seguir detalhadas.
 - diagnóstico de acessibilidade: associando o resultado de dois avaliadores automatizados de acessibilidade, julgamento de um especialista em design e testes reais em navegador para deficientes visuais, foi elaborado um diagnóstico do grau de acessibilidade das principais páginas do Portal TCU. O diagnóstico seguiu as regras do padrão internacional de acessibilidade WCAG 2.0, do qual o padrão brasileiro e-MAG 3.2 se originou. Os resultados evidenciaram que o portal é acessível, embora alguns conteúdos publicados apresentem erros pontuais de acessibilidade. O conteúdo estrutural do portal, como menus e iconografia, está sob a responsabilidade desta secretaria e foi corrigido conforme os achados
 - solução de validação da acessibilidade de textos: após diagnóstico de necessidade de aprimoramento na acessibilidade dos conteúdos publicados, a STI pesquisou e encontrou solução de auxílio aos mais de 250 publicadores da Casa quanto aos conteúdos que compõem o corpo das páginas do portal. Além da questão técnica, essa solução de validação de acessibilidade de textos irá ajudar o Tribunal na promoção da acessibilidade entre os publicadores de conteúdo. Desenvolvido e testado em 2017 e com entrada no ar no primeiro trimestre de 2018, esta solução valida a acessibilidade de todos os textos publicados diretamente nas páginas do Portal TCU, segundo as regras do padrão WCAG 2.0. O validador foi desenvolvido para o público leigo no assunto, guiando facilmente o autor do texto à correção necessária, por meio de listas de verificação animadas (wizards). Como resultado, todos os textos

- publicados no portal passam a ter sua acessibilidade previamente verificada. Isso diminuirá muito o custo de eventuais correções.
- canal sobre Acessibilidade no Portal TCU: para melhor evidenciar o tema da acessibilidade, o canal deste assunto no Portal TCU foi refeito, com auxílio da Caces. Visível logo no primeiro cabeçalho do Portal TCU, compreende assuntos como: Acessibilidade no Governo e no TCU; o Seminário internacional de Acessibilidade; e orientações sobre como usar recursos de acessibilidade no acesso aos serviços de informação do Tribunal, como letras em maior tamanho ou a tradução para Libras.
 - estudo de modernização do Portal TCU: iniciou-se em 2017 estudo para a reformulação do Portal TCU. Nele foi incluída a obrigatoriedade de que Acessibilidade seja princípio basilar de todas as ações a serem tomadas. Este estudo, com participação de consultoria externa, será um dos pilares para o projeto de modernização do Portal a ser proposto no PDTI de 2018.
- b) contratação de serviço de aprimoramento da experiência do usuário (User Experience – UX) e de design de interface de usuário (User Interface - UI) de sistemas de informação e de Portal do Tribunal (TC 007.943/2017-2) que resultou no Contrato-TCU 44/2017. Dentre as atividades previstas no âmbito deste instrumento contratual está a de “Adequar páginas HTML de sistemas e do Portal TCU aos requisitos de acessibilidade (padrão e-MAG).”